

PARA A BOA COMPREENSÃO DAS REVOLUÇÕES

Odilon Nogueira de MATOS

Mais que simples episódios históricos, os movimentos revolucionários constituem um processo cujo desenvolvimento transcende de muito as balisas cronológicas com que se costuma marcar os eventos da História. Eis porque é fácil marcar quando eles começam, mas dificilmente se poderá marcar seus termos. Aliás, já se disse que as revoluções nunca terminam... Convencionou-se marcar uma data para o início da Revolução Francesa: o 14 de julho de 1789, com a tomada da Bastilha. Mas, quem poderá dizer quando ela terminou? Ou será que terminou?

Aqui, cabe, antes de tudo, considerar numa revolução seu ponto-de-vista militar e seu ponto-de-vista civil. É claro que do ponto-de-vista militar ela tem começo e tem fim. Poder-se-á precisar até o minuto decisivo em que o primeiro tiro foi disparado ou o minuto também decisivo em que a ordem de cessar fogo foi dada. Mas, do ponto-de-vista civil, o processo não é tão simples. É fácil dizer que a revolução de 1930 terminou com a deposição de Washington Luís no dia 24 de outubro. Mas, do ponto-de-vista civil poder-se-á dizer que é justamente nesse momento que ela começa. E terá terminado?

Hélio Silva, no seu magnífico painel do ciclo de Vargas, denominou-a de “revolução traída”. Talvez tenha sido. Mas eu preferiria denominá-la de “revolução inacabada” ou “incompleta”, se preferirem. Especialmente se a considerarmos pela sua preocupação salvacionista, para a qual o programa da “Aliança Liberal” trazia, de fato, um bom subsídio, mas muito longe de atender aos anseios do país. E o próprio Vargas a traiu (talvez venha daí o nome que Hélio Silva deu à revolução),

pois o regime que dela resultou não chegou a durar dez anos. E a Constituição (segunda da República), pela qual São Paulo promoveu uma revolução, durou pouco mais de três anos, enquanto que a primeira durara quarenta e a do Império durara mais de setenta... Mais ainda: nessa própria Constituição de 1934, Vargas descobriu os pontos fracos que o levaram a aboli-la e a implantar o lamentável “Estado Novo”, que envelheceu mais depressa do que seus corifeus poderiam imaginar.

Tais considerações vieram-me à mente a propósito de uma notícia de que um grupo de estudos históricos de uma das muitas universidades federais existentes no país está pretendendo descobrir algo de novo nos movimentos revolucionários da década de 20, a começar pela de 1922, celebrizada pela marcha dos “18 do Forte”, movimento que mereceu um volume especial de Hélio Silva, a que sugestivamente intitulou “Sangue na areia de Copacabana”. Movimento quixotesco, de valor mais simbólico que real, faz iniciar, contudo, o que se poderia denominar “processo revolucionário” da vida brasileira.

De 1922 até hoje, mais de setenta anos decorridos, quantos marcos poderá encontrar o analista de nossa história, verdadeiras “estações” num caminho nem sempre muito tranquilo, mas que deverá ser seguido e nas quais deverá parar para algumas meditações: 1924, 1926, 1930, 1932, 1935, 1937, 1938, 1945, 1954, 1955, 1961, 1964, 1968, 1977, 1984... E talvez mais algumas a assinalarem paradas ou “estações” na “via crucis” de nossa história contemporânea.

O importante a registrar é que todos esses movimentos (ora políticos, ora militares) estão sendo objeto de revisão e estudos mais aprofundados, inclusive como temas de trabalhos universitários, o que nos leva a crer que, no futuro, possamos ter, desse nosso processo revolucionário, uma visão bem mais segura, isenta das inevitáveis paixões que pontilham os escritos “au jour” que começaram a aparecer terminadas as manifestações externas dos movimentos.